



CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Entre as partes abaixo assinadas é celebrado e reciprocamente aceite o presente contrato que se regerá pelas seguintes cláusulas:

- A FUNDAÇÃO COI, Instituição Privada de Solidariedade Social, com sede na Av. Zeca Afonso, 2955-220 Pinhal Novo, pessoa coletiva nº 507411978, representada neste instrumento por Maria José Silva Carmo, que outorga na qualidade de Administradora Executiva da Fundação, como Primeiro Outorgante;
- e
- _____, Encarregado de Educação de _____, portador do nº _____ de Identificação Civil, emitido a ____/____/____, residente em _____, como Segundo Outorgante.

Celebram e reciprocamente aceitam o presente contrato que regula a prestação de serviços, prestada pelo Primeiro Outorgante ao Segundo Outorgante, no âmbito da **Resposta Social de Primeiro Ciclo do Ensino Básico, sita na Avenida Zeca Afonso, Urbanização dos Mochos, 2955-220 Pinhal Novo**, tal como previsto no ponto n.º 4 do Regulamento Interno da Resposta Social, aprovado pelo Conselho de Administração e reger-se-á pelas seguintes cláusulas:

1. A celebração do presente contrato pressupõe o cumprimento prévio das formalidades de admissão previstas no Regulamento Interno no Capítulo II, no ponto n.º 2, relativo às Condições de Admissão, Critérios de Admissão, Período de Admissão, Pagamentos no Ato de da Admissão, Documentos a Entregar no Ato da Admissão e Entrevista de Diagnose, e despacho favorável de entrada, emitido pelo Conselho de Administração ou por quem for delegada essa competência e assinatura do presente contrato pelas partes.
2. O presente contrato contempla ainda o cumprimento do disposto no Capítulo I no ponto n.º 13 do Regulamento Interno, relativo aos Direitos e Deveres, tanto do aluno, como dos Encarregados de Educação, Pessoal Docente e Auxiliar.
3. O valor da mensalidade é calculado de acordo com a metodologia e o preceituado no ponto n.º 1 e n.º 2 do Anexo I ao Regulamento Interno e de acordo com a documentação apresentada pelo(s) Encarregado(s) de Educação, comprovativa dos rendimentos do Agregado Familiar.
4. Após receção da documentação necessária para o cálculo da mensalidade, da anuência do Encarregado

de Educação relativamente à Comparticipação Familiar Mensal e da confirmação da existência de vaga, é marcada a **Avaliação de Diagnose**, na qual constarão todos os dados e informações relativos ao desenvolvimento do aluno, seus hábitos, cuidados especiais e contatos de emergência. As informações contidas nessa ficha farão parte integrante do processo individual do aluno.

5. A **Comparticipação Familiar Mensal** deverá ser paga até ao dia 10 do mês a que se reporta. Os pagamentos poderão ser efetuados em numerário ou Multibanco, no Gabinete de Apoio Geral, dentro do horário afixado. Também poderão ser feitos por transferência bancária, até ao dia 8 de cada mês, com posterior envio, por e-mail ou fax, do comprovativo da transferência até ao dia 10. Neste caso, deverão os Encarregados de Educação levantar o respetivo recibo no Gabinete de Apoio Geral, dentro do horário afixado.

6. Os pagamentos efetuados após o dia 10 de cada mês, estarão sujeitos a um agravamento de 20%. Nos casos em que o atraso do pagamento seja superior a um mês, sem que seja apresentada uma justificação à Administração da Fundação, que seja aceite por esta, será concedido um prazo de mais 30 dias, após o qual haverá recurso a via judicial.

7. O **Horário do Primeiro Ciclo** está compreendido entre as 09H00 e as 17H30m.

Estão incluídos na mensalidade os seguintes serviços:

- a. Educação Física;
- b. Iniciação ao Inglês;
- c. Saídas ao exterior, na carrinha da Fundação, no perímetro urbano da freguesia;
- d. Apoio Psicológico caso se justifique;
- e. Materiais utilizados nas atividades.

8. Na contratualização facultativa e **não incluída no presente contrato**, do serviço de CATL – Centro de Atividades de Tempos Livres – estarão incluídos os seguintes serviços adicionais:

- a. Alimentação – exclui-se o Pequeno Almoço e alimentos especiais, como antialérgicos e outros que não façam parte das ementas regulares da Resposta Social;
- b. Apoio ao estudo;
- c. Informática.

9. Poderão ser desenvolvidas **atividades complementares**, cujos custos serão cobrados à parte: passeios, praia, natação ou outras.

10. Motivos para a **suspensão ou rescisão** do presente contrato, desde que seja cumprido o ponto 12.:

- a. Não adaptação comprovada do aluno;
- b. Insatisfação das necessidades do(s) aluno(s) e suas famílias, por incumprimento do contratualizado.;
- c. Mudança de residência.;



d. Comportamentos e atitudes de desrespeito e falta de urbanidade no decurso da relação contratual.

11. Este contrato será válido até 31 de Agosto do presente ano, sendo automaticamente renovado aquando da renovação anual de frequência, para a Resposta Social de 1º Ciclo do Ensino Básico, efetivada nos termos do Regulamento Interno em vigor no ato da renovação.

12. Em caso de desistência a mesma deverá ser comunicada, em impresso próprio, o motivo, no Gabinete de Apoio Geral, até ao dia 15 do mês anterior. Se tal procedimento não for respeitado, será cobrada a mensalidade do mês na sua totalidade. Não serão restituídos quaisquer pagamentos anuais já efetuados.

13. Alterações ao presente contrato deverão ser aprovadas por ambas as partes, e passarão a constar do processo individual do aluno.

14. Nos termos da legislação em vigor cumpre ao primeiro outorgante informar o segundo outorgante sempre que verifiquem alterações normativas, suas entradas em vigor e alterações decorrentes ao Regulamento Interno, sem prejuízo do direito à resolução do contrato que ao segundo outorgante assiste.

15. O presente contrato será considerado nulo caso se verifiquem falsas declarações relativas à situação socioeconómica do agregado familiar.

16. Toda a informação prestada será de carácter confidencial e apenas utilizada nos serviços técnicos da Fundação COI, que intervêm diretamente no processo do aluno.

17. A celebração do presente contrato pressupõe o conhecimento e a aceitação, pelo Segundo Outorgante, do **Regulamento Interno da Resposta Social do 1º Ciclo do Ensino Básico**, que se considera aqui reproduzido e lhe foi entregue, o qual ambas as partes se comprometem a cumprir.

18. Considera-se aqui como reproduzido a folha "Situação Socioeconómica", com o cálculo especificado da mensalidade, devidamente aceite, datado e assinado pelo Encarregado de Educação ou quem detenha as responsabilidades parentais, constituindo a mesma, anexo ao presente contrato, assim como futuras alterações do cálculo, sem necessidade de alteração deste.

19. Em caso de litígio de consumo, definido nos termos do disposto na Lei n.º 144/2015, de 8 de setembro, o consumidor pode recorrer à entidade de resolução alternativa de litígios de consumo competente.

20. Sem prejuízo do disposto na legislação, nos estatutos e nos regulamentos a que as entidades de resolução alternativa de litígios de consumo se encontram vinculadas, considera-se competente para

dirimir o litígio de consumo, a entidade de resolução alternativa de litígios de consumo do local da celebração do contrato de compra e venda do bem ou da prestação de serviços ou em alternativa a entidade de resolução alternativa de competência especializada, caso exista para o setor em questão.

21. Caso não exista entidade de resolução alternativa de litígios com competência no local da celebração do contrato ou a(s) existente(s) não se considere(m) competente(s) em razão do valor deste, o consumidor pode recorrer ao Centro Nacional de Informação e Arbitragem de Conflitos de Consumo, sito em Lisboa, com o endereço eletrónico: cniacc@unl.pt e disponível na página www.arbitragemdeconsumo.org.

22. Este contrato será emitido em duplicado, sendo uma cópia para a Fundação COI e outra para o Encarregado de Educação.

Depois de lido, explicado e aceite o presente contrato e o Regulamento Interno, comprometem-se as partes a respeitar o seu conteúdo.

Pinhal Novo, ____ de _____ de _____.

Assinatura do Encarregado de Educação

A Administradora Executiva
